

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 17 (DEZESSETE) DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das dezenove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, n° 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): João Paulo de Moraes, José Maria Messias, Juscelino Tereza, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido. Em seguida, a Sra. Presidente solicita a Vereadora Liamara Pereira Castello Branco que proceda a leitura de um texto bíblico como de costume. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta todos os presentes, e agradece a presença de todos nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE**, e solicita ao Primeiro-Secretário, Sr. Pedro Sérgio Aparecido, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNICÍPES**: Concede a palavra ao Secretários da Assistência Social e Habitação, Sr. Adriano Lange Dias que foi convocado por esta Casa de Leis para prestar alguns esclarecimentos aos questionamentos feitos por Vereador e Vereadora desta Casa Legislativa. Com a palavra Secretário Adriano Lange Dias: “Senhora Presidente, Senhora Vice-Presidente, Nobres Vereadores, Assessoria desta Casa, aos demais presentes aqui neste plenário, que é a Casa do Povo, E às demais pessoas que acompanham de casa. Para mim, é um privilégio muito grande, Presidente, poder retornar a esta Casa, onde trabalhei por 16 anos, cumprindo quatro mandatos como vereador. Agora, enquanto secretário, estou aqui para falar de algo que considero muito valioso e importante: os conselhos comunitários. Desde os meus 21 anos, participo ativamente de conselhos comunitários e municipais. Sempre gostei dessa área e, quando era vereador, participava de maneira ativa e envolvida nas reuniões de conselhos. Por isso, é uma grande alegria estar aqui para falar sobre essa temática. Essa experiência me deu a convicção de que os conselhos são fundamentais para a democracia. Quero agradecer pela convocação que me foi feita para estar aqui respondendo às dúvidas dos vereadores. Desde já, coloco-me à disposição para responder às perguntas que foram enviadas por escrito ou às questões que qualquer um dos senhores vereadores deseje fazer. Presidente, fique à vontade para indicar se devo começar a responder as perguntas enviadas ou proceder de outra forma. As perguntas levantadas pelo Vereador Lucas Guilherme foram as seguintes: Quantas e quais associações de bairro ou conselhos comunitários sua secretaria ajudou a fundar no mandato passado? O Córrego da Gaúcha. Quantas e quais associações ou conselhos de bairro estão ativos, e os relacionados ao NAI? Conselho do Bairro Assunção; Bairro da Cata; Campina e Santa Luzia; Chapadão; Associação Artesanal (Casa do Artesão); Conselho do Córrego da Gaúcha; Serviço de Obras Sociais; Associação de Amigos de

Cabo Verde; APAE; Grupo Major Leonel (com diretoria vencida, aguardando eleição ou outra providência); Conselho da Serra dos Lemos; Conselho do São Bartolomeu; Conselho dos Coelhos; Associação de Moradores da Nova Cabo Verde; Conselho dos Esteves; Conselho do Fundão dos Cardosos; Associação de Reciclagem e Conselho da Condessa; Associação em Defesa do Folclore de Cabo Verde (desativada); Conselho do Espírito Santo. Quantas e quais associações ou conselhos estavam inativos e retomaram suas atividades no mandato passado? Conselho da Serra dos Lemes; Conselho do São Bartolomeu; Conselho dos Coelhos; Conselho dos Esteves; Fundão dos Cardosos; Reciclagem; Condessa; Associação em Defesa do Folclore de Cabo Verde; Proativa. Essas foram as entidades que estavam inativas e retomaram suas atividades durante nossa gestão, com o apoio total da Assistência Social e do Núcleo de Apoio, representado pela pessoa do Adailton, amplamente citado na reunião anterior e presente nesta ocasião. Ele também poderá contribuir respondendo a questões levantadas, especialmente pela Vereadora Lia, que mencionou interesse em fazer perguntas, mas por questões de saúde não pôde participar. Sobre o papel do NAI: A Vereadora leu o documento que trata das atribuições do NAI, que incluem: Orientar, oferecer suporte, auxiliar e acompanhar; Buscar e repassar informações; Elaborar projetos e fornecer subsídios; Criar convênios. Entretanto, não consta que o NAI seja responsável pela execução. Há necessidade de apoio, mas também da participação ativa dos membros dos conselhos, como presidente, vice-presidente e demais integrantes, pois alguns documentos são atribuições do próprio conselho, dependendo do suporte da secretaria. Sobre o Decreto 13: O decreto mencionado normatiza, no âmbito municipal, termos de cooperação, fomento e parceria. Ele regulamenta a legislação federal, garantindo transparência na gestão dos conselhos e da administração, seja ela municipal, estadual ou federal. Antes, os recursos eram repassados de maneira aleatória, mas com o Marco Regulatório, buscou-se eficiência e transparência no processo. Por fim, foi informado à vereadora que apenas três conselhos estão regularmente cadastrados no CAGEC, enquanto os demais estão irregulares. É necessário esclarecer qual irregularidade foi apontada”. A Vereadora Liamara Pereira Castello Branco diz: “Há três conselhos cadastrados nos CAGEC. O prefeito convidou a mim e à doutora Laine e pediu que, na prefeitura, conversássemos com a doutora Jéssica. Na ocasião, ele também telefonou para o Íta. O Íta mencionou que estava de licença e que ficaria afastado por mais vinte dias. Quando questionado sobre quais conselhos estavam regulares atualmente, Íta respondeu que, de cabeça, não sabia de nenhum. Diante disso, o prefeito pediu que Laine e Jéssica providenciassem a informação, que foi enviada para mim, e analisamos. Os três conselhos mencionados são: o Conselho da Serra, o Conselho dos Coelhos e o Conselho do Chapadão. Todos estão irregulares. Os demais estão registrados nos CAGEC. A Presidente do Conselho do Córrego da Gaúcha me entregou documentação e comentou que, sempre que conversava com o Íta, ele afirmava que estava correndo atrás da regularização. Contudo, o conselho não está cadastrado na prefeitura; encontra-se inapto. Quando se afirma que o conselho está apto, isso não reflete a situação real, já que ele permanece inapto”. O Secretário Adriano Lange diz: “E qual senhora tá falando? Está falando do CAGEC”? A Vereadora Liamara diz: Estou falando de tudo, como que ela está

cadastrada no CAGEC, se não está inscrito em nada, ela não existe”. O Secretário Adriano Lange diz: “A situação da regularização é a seguinte: a associação não está cadastrada na prefeitura, mas, com certeza, o senhor Ita, técnico responsável pela documentação, poderá esclarecer. Conforme mencionado, houve a geração de uma taxa para pagamento. Assim, enquanto não estiver registrada, automaticamente não há taxa, o que não significa que a associação esteja irregular perante o Núcleo de Apoio ou o município. As parcerias de colaboração ou fomento são feitas diretamente entre a prefeitura e o conselho. Se não há repasse de recurso, esse documento não causa prejuízo algum ao conselho. O que entendo, de forma natural, é que a vereadora quis se referir ao CAGEC. Sobre o CAGEC, a resposta dada ao ser questionada foi que o conselho estava irregular, o que se confirmou ao consultar o sistema. Não é difícil regularizar, pois todos os conselhos possuem a documentação necessária tanto com eles quanto no Núcleo de Apoio, como CNPJ, regimento interno e sede. Dessa forma, eles não estão irregulares para o Núcleo de Apoio, já que continuamos trabalhando com eles normalmente. No entanto, a responsabilidade de pagar dívidas tributárias ou taxas não é função do NAI. O Núcleo de Apoio apenas auxilia os conselhos. Durante todos esses anos, tanto Adailton quanto eu desempenhamos esse papel. Não se trata de estarem irregulares perante o município ou o Núcleo de Apoio, mas sim no CAGEC. Há cerca de um mês, o Fundo Municipal de Assistência Social estava irregular no CAJEC, e estávamos regularizando a situação. Para isso, é necessário apresentar a documentação correta. Os documentos que a senhora tem em mãos, nós também temos. A única instância que não foi procurada foi a Assistência Social e o Núcleo de Apoio. Perguntou-se no setor tributário, e, obviamente, se não foi pago, está irregular. A mesma coisa acontece no CAJEC, onde a regularização depende do envio da documentação”. A Vereadora Liamara diz: “Adriano, por que os outros conselhos não estão registrados no CAGEC? Entendeu? Você mencionou que basta inserir a documentação, mas atualmente só existem três conselhos cadastrados”. O Secretário Adriano Lange diz: “Perfeito, Vereadora! Excelente pergunta, excelente mesmo. Quando é que teremos agora uma notícia boa sobre a chegada de recurso estadual?” A Vereadora Liamara diz: “Então quer dizer que os conselhos precisam estar em dia apenas quando receberem o recurso?” O Secretário Adriano Lange diz: A senhora ainda não entendeu. A Vereadora Liamara diz: Não estou dizendo que todos os conselhos estão irregulares, mas alguns deles estão, sim. O Secretário Adriano diz: A senhora não entendeu, ainda. Existem outros que também estão cadastrados. Deixe-me explicar. A Vereadora Liamara diz: Eu já entendi, então não precisa explicar mais. O Secretário Adriano diz: Se a senhora tivesse entendido, não estaria questionando. Acabei de dizer aqui: os conselhos no CAGEC em 2025. Gente, eu estou explicando para ela, e tenho certeza que quem está acompanhando já entendeu. O que o CAGEC tem a ver com a relação do conselho com o município? É o seguinte: para receber recurso do estado, basta regularizar a situação no CAGEC, e o recurso será liberado para a conta do conselho. A Vereadora Liamara diz: Mas eu só quero que você me explique por que só tem três conselhos no CAGEC. E os outros? Eles nunca receberam nada também? O Secretário Adriano diz: Quem recebeu está no CAGEC. A Serra dos Lemos já recebeu, está no CAGEC. A Vereadora Liamara diz: E como está a situação

do Conselho da Serra, Adriano? Está irregular apenas no CAGEC? O Secretário Adriano diz: Exceto no município, agora falta apenas o presidente registrar a ata, algo que temos cobrado há bastante tempo. É só isso que está pendente, nada mais. A Vereadora Liamara diz: Então o Catita informou incorretamente, pois ele mencionou que o Conselho da Serra está difícil de regularizar, que não possui ata registrada e que a prestação de contas está pendente. O Secretário Adriano diz: Ah, entendi. Então vamos esclarecer. Quando ele mencionou isso para a senhora, é porque ele tem uma informação que os demais talvez não saibam, relacionada ao Conselho da Serra. Em 2017, esse conselho recebeu um recurso, utilizou-o, mas, infelizmente, não houve prestação de contas ao estado. Agora, o estado está cobrando essa prestação de contas. Quando um recurso vem de fora, é obrigatório prestar contas. Caso isso não seja feito, um prazo é concedido. O problema atual é que a documentação necessária não foi encontrada. Esse fato mostra, o quão delicada é a posição de conselheiro e explica, em parte, por que algumas pessoas têm dificuldade em assumir essa responsabilidade. O recurso foi utilizado sem prestação de contas, o que leva o estado a exigir sua devolução. Situação semelhante aconteceu em 2019, quando o prefeito da época recebeu R\$ 105.000,00 do Fundo Nacional de Assistência Social para investimento. O recurso deveria ser utilizado para a compra de um carro, mas, embora o carro tenha sido adquirido, sobraram recursos que foram usados para a compra de um computador. Há cerca de dez dias, surgiu uma determinação para devolver mais de R\$ 140.000,00 aos cofres públicos, já que o investimento deveria ser exclusivamente no veículo. Em outro caso, no mesmo ano, foi recebido um recurso destinado ao custeio. No entanto, o prefeito da época utilizou o dinheiro para a compra de dois carros. A Vereadora Liamara diz: Mas você mudou o assunto, estamos falando de conselhos, não da prefeitura. O Secretário Adriano diz: Excelência, eu estou dando um exemplo, mas a senhora acabou de trazer um fato aqui, correto? O prefeito precisou, e agora o conselho terá que devolver novamente o recurso. Está correto isso? Por quê? Porque não foi usado o dinheiro para o que era destinado. Muito bem, vamos continuar, vereadora, sobre o CAGEC. Então, para que fique claro para todos, especialmente para quem está em casa: ao mencionar o Núcleo de Apoio e insistir na figura do Ita, dizendo que ele não fez ou que o Núcleo de Apoio deveria ter feito, é importante esclarecer que o Núcleo apoia e sempre apoiou muito bem ao longo dos anos. Todos os conselhos foram apoiados, e as documentações dos conselhos encontram-se no Núcleo. Quando a senhora menciona "regularidade", estamos tratando do CAGEC, o mesmo é de responsabilidade do estado. Caso o cadastro não esteja regular, o município, a assistência ou qualquer outro órgão não receberá recursos. Se você não tem o cadastro no CAGEC, estando com a documentação correta, é possível regularizar praticamente no mesmo dia, e todos poderão receber os recursos sem problemas. É importante ressaltar, vereadora, que esse recurso, cuja promessa existe e que todos esperamos, principalmente os conselhos, não terá prejuízo porque ficará tudo regularizado, e o recurso será recebido. Inclusive, eu trouxe aqui a questão do CAGEC. Se alguém quiser conferir depois, eu tirei um exemplo do Chapadão, que a senhora mencionou. Eles nos procuraram para saber se estavam cadastrados no CAGEC. Então, juntamente com Ana Paula e Antônio José, eu acessei o sistema, imprimi as informações e forneci uma cópia

para eles. Expliquei o que era necessário regularizar, o que já estava correto, e, na mesma hora, entrei em contato com Adailton para confirmar se ele poderia auxiliá-los. Ele prontamente se colocou à disposição. O Vereador João Paulo de Moraes diz: Adriano, posso te fazer uma pergunta? Depois de tudo isso, com essas coisas regularizadas que você mencionou, a sede do Bairro Chapadão pode ser transferida para o próprio Chapadão? O Secretário Adriano diz: A sede do bairro lá no Chapadão pode ser passada. O Vereador João Paulo diz: Mas por que que o executivo não transfere então? O Secretário Adriano diz: Então, isso vai depender única e exclusivamente de quem tem o poder de fazê-lo, que, no caso, é o prefeito municipal. Nós não podemos tomar essa decisão. Eu, particularmente, acho que já deveria ter sido feito há muito tempo. Mas talvez seja porque não haja interesse em passar. Nesse caso, teríamos que realmente questionar o senhor prefeito para entender melhor. O Vereador João Paulo diz: Eles dizem que é por ser algo ligado ao presidente do bairro, mas isso não é para o presidente, é para a população do bairro. A população não pode ser prejudicada por disputas políticas. O Secretários Adriano diz: Concordo plenamente com o senhor. Inclusive, vou trazer alguns exemplos para demonstrar que concordo com o senhor. O Vereador João Paulo diz: Você não pode ajudar nessa parte? O Secretário Adriano diz: Podemos intervir, podemos solicitar, mas a decisão final não será nossa, certo? A vontade não será nossa. Não digo que seja exatamente vingança, mas acredito que ele terá algum motivo. Quando o questionarmos, tenho certeza de que ele apresentará algum motivo. O Vereador João Paulo diz: Então, se a sede fosse passada para o bairro, o recurso ficaria lá. E a prefeitura, já que a sede é dela, por que não ajuda na reforma? Quando cai uma telha, por exemplo, já que pertence à prefeitura, eles poderiam ajudar a reformar, não é? O Secretário Adriano diz: E aí foi dito, então, aqui na reunião anterior, com relação ao Conselho do Chapadão. Já aproveitando, entrando nessa questão mencionada pelo nobre vereador Paulinho, que diz que não tem apoio de ninguém e que a responsabilidade é porque não querem assumir responsabilidades. A própria vereadora já descobriu o porquê, mas termina dizendo, mais uma vez, insistindo que a culpa ali é do Núcleo de Apoio. Vou dar um exemplo para a senhora: o Chapadão, que a senhora citou. Quando fazia uso da palavra aqui na tribuna, a presidente estava dizendo lá, e a senhora citou que, desde 2019, eu concordo, no CAGEC, somente porque aqui estava tudo normal. E aí ela dizia, batendo palmas para a senhora, que representava e dizia: "Até dívida o presidente anterior deixou." Nós assumimos. Acha que uma pessoa dessas, que não fazia seu papel corretamente nem quando era presidente, teria condições de cuidar de todos os conselhos da cidade? E cuidou, dentro das atribuições que lhe competem. Ela continua: "Conselho de bairro é só para quem gosta, porque, além de não ajudar com nada, ainda prejudicam." Eu não acredito que o Núcleo de Apoio ou a própria prefeitura prejudique os conselhos. Vou lhe dar um exemplo prático: o Chapadão. Nós já tivemos a oportunidade de ajudá-los. Quando foram realizar festas, encaminhamos som para que a festa fosse realizada, dentre várias outras documentações que eles precisavam. O Adailton sempre atendeu prontamente, dentro daquilo que competia, e procurou resolver. E o que acontecia, senhor Paulinho? Acontecia que, quando se arrumava alguma coisa, como foi feito para outros conselhos também, em parceria, já chegaram na semana e desistiram da

benfeitoria ou do benefício que estávamos fazendo para abrir uma live e solicitar apoio da comunidade, dizendo que não tinham apoio da prefeitura. Tivemos festas em que já estávamos, inclusive, com a ordem de serviço fornecida, e foi até o Núcleo de Apoio pedir para dispensar, para poder dizer, Excelência, que não havia ajuda nenhuma da prefeitura. As fichas de inscrição que encaminhamos para colocar um professor de informática até hoje não chegaram. Porque, talvez, seja mais fácil, enquanto oposição, falar mal, criticar, do que, às vezes, aceitar um benefício. Mas isso é de cada pessoa. Cada um tem sua forma de agir. Eu tenho uma forma completamente diferente. Um exemplo típico que vocês podem ver é a minha vida inteira. Sempre pautei minha vida pela seriedade, por falar sempre a verdade. Por isso, não tenho um pingão de medo de ser chamado para vir aqui à Câmara ou para responder questionamentos. Não tenho medo de vir aqui responder, porque aquilo que faço, faço de forma correta. Não fico visando partido ou pessoa. Eu trabalho junto. Eu sei o que é trabalhar em conjunto para o bem da população. O Vereador João Paulo de Moraes diz: Adriano, se passar a sede para o bairro Chapadão, temos certeza de que nunca precisaremos da prefeitura. Nós sempre buscamos nossos próprios recursos. As festas do bairro, por exemplo, nós organizamos sem depender de ajuda. Nas poucas vezes que procuramos a prefeitura, não tivemos apoio. Eu sempre estive junto ao presidente do bairro. Fizemos festas para a Páscoa e já chegamos a distribuir 1.200 ovos de Páscoa. Pedimos ajuda ao prefeito, mas sempre foi negado. Mesmo assim, se a sede for passada para o bairro Chapadão, com certeza tocamos o barco sozinhos e sem depender da prefeitura. Sabemos que precisaríamos do apoio para reformas, como quando o telhado caiu. Uma telha sequer não foi enviada para nos ajudar. Apesar disso, estamos conseguindo recursos e até já compramos telhas para substituir, enquanto o recurso oficial não chega, mas o custo é alto. O Secretário Adriano diz: Vereador Paulinho, e enquanto Núcleo de Apoio às Entidades, naquilo que nos compete e que pudermos apoiar, o bairro pode contar conosco normalmente. Conforme exemplos que já mencionei, participamos e estamos à disposição. Podem nos procurar, assim como qualquer outro conselho, e iremos tratar todos da mesma forma. Isso que eu estou dizendo ao senhor: à medida que precisar, pode nos procurar. O que estiver dentro do nosso alcance, pode ter certeza de que faremos. Até porque uma das mudanças que já implementamos, e isso foi uma determinação minha, inclusive, é que assumimos uma nova postura. Ainda não realizamos uma reunião com todos os conselhos devido à cirurgia do Adailton, mas é algo que está nos nossos planos. Uma das medidas que vamos adotar é que, quando formos a um determinado bairro e assumirmos um compromisso, aquilo que for da nossa responsabilidade, nós mesmos faremos. Não passaremos para outros departamentos, nem encaminharemos responsabilidades. Vamos encontrar uma solução nós mesmos. Por exemplo, como vai acontecer no Bairro da Cata: nós mesmos vamos elaborar o termo, correr atrás e fornecer o que for necessário. Somente quando algo estiver fora do nosso alcance é que não teremos condições de realizar. Esse será o nosso compromisso. O Vereador João Paulo diz: Então, nós estamos querendo legalizar rápido lá, porque está para chegar uma verba de R\$ 150.000,00 para a reforma do barracão, sabe? Por isso, estamos querendo que a legalização seja feita o mais rápido possível para a gente. O Secretário Adriano diz: Parece que essa verba já vem destinada

para ser utilizada lá. E, caso ainda não tenha sido passado para o conselho, o próprio prefeito, através da prefeitura, fará a reforma para que a comunidade possa utilizar o espaço. Isso já foi discutido em uma reunião. Não sei, mas acho que Vossa Excelência participou. Na ocasião, já ficou o acordo assumido entre as partes. O conselho lá de São Bartolomeu de Minas, por exemplo. O Luan, que está aqui, sempre teve um desejo muito grande de participar dos conselhos, sendo uma pessoa muito ativa. Ele conseguiu montar uma chapa, concorreu e, hoje, está como presidente do conselho. No ano passado, por volta de abril ou maio, ele me fez uma solicitação sobre artes marciais, incluindo capoeira. Na ocasião, eu disse a ele que só precisaríamos que apresentasse a demanda. Recentemente, no dia 17 de fevereiro, tivemos outra reunião no distrito. Fomos lá com o Sebrae, Sala Mineira, a Secretaria e o Núcleo de Apoio. Durante essa reunião, ele solicitou que, por meio da Sala Mineira, fosse destinado um curso para eles, voltado a como trabalhar, como lidar, como montar um plano, entre outros pontos. E, por incrível que pareça, São Bartolomeu foi pioneiro. Mesmo sem o Sebrae oferecer esse tipo de atendimento, foi aberta uma exceção para iniciar esse trabalho no distrito. Discutimos bastante na ocasião. Estavam presentes o Luan, mais duas conselheiras e dois apoiadores. Foi um momento importante, porque para que haja um investimento, é necessário que as pessoas participem. O sucesso depende da participação dos moradores, mas, muitas vezes, fica uma ou duas pessoas à frente. Na mesma ocasião, ele questionou sobre cursos por distrito. A Carol, que estava presente, comentou que não tinha recebido esse tipo de demanda ainda. Eles conversaram, e ela disse: "Então, pode preparar a demanda, que, dentro de 15 a 20 dias, ou até um mês, conseguimos colocar o curso aqui." Ele mesmo comentou que, naquele momento, não tinha uma demanda específica. No entanto, o benefício estava disponível. Ele também questionou sobre o judô, mencionando a possibilidade de comprar tatames. Eu disse a ele que não precisava se preocupar em comprar tatames, porque nós fornecemos os tatames e o professor; só é necessário que apresentem a demanda. Se há demanda, nós atendemos. Tudo que é referente a nós, nós buscamos atender. Assim temos trabalhado com os conselhos. Posso afirmar que os benefícios que entregamos, em termos de benfeitorias, foram três vezes maiores do que o que era feito antes. Apoio os conselhos, e posso dizer, com toda tranquilidade, que fui o único vereador, juntamente com o saudoso Marcelo do Adão, que fez uma emenda aqui na Casa para triplicar os valores destinados aos conselhos municipais, por meio de emenda parlamentar. Isso, no início, foi para os conselhos de bairro. Depois, veio a legislação de 2017, que proibiu a transferência de recursos diretamente para os conselhos. Desde então, é necessário apresentar um plano de trabalho ou plano de ação, que esteja alinhado com o interesse social, para que a benfeitoria seja feita em benefício da população. Por isso, surgiu o Marco Regulatório. Trouxe várias anotações aqui, presidente, mas já fui falando de muitos pontos de forma adiantada. Estou praticamente no final. Bom, acredito que basicamente era isso. Se algum dos senhores ou senhoras tiver algum questionamento antes de convidarmos o Adailton, estou à disposição. O Vereador Lucas Guilherme da Silva diz: É em relação aos conselhos. O motivo dos questionamentos que fiz ao senhor é, inclusive, um pedido da população. Vários bairros aqui do município se sentiram esquecidos no que diz respeito ao trabalho junto aos conselhos. Esquecidos em que sentido? Talvez, se

tivessem vindo procurar ajuda, tenho certeza de que o Adailton os teria orientado e o senhor também. Mas eles se sentiram esquecidos no que se refere ao contato direto nas comunidades, que é exatamente o que o senhor mencionou que quer começar a fazer a partir de agora. Talvez essa nova postura seja devido às demandas que a vereadora Lia tem apresentado, não sei. Mas, quando surge uma demanda desse tipo, obviamente tem que haver uma resposta. E, se essa ação veio em decorrência das demandas da vereadora Lia, que bom que o senhor tomou essa iniciativa. O ponto é que o clamor da população existia há quatro anos também. Até porque, veja o caso do Conselho dos Coelhos: o Toninho está entregando o conselho agora. Tive uma reunião com eles na sexta-feira, e o conselho só não vai acabar porque eu consegui fazer uma grande interferência lá, chamando a atenção da comunidade sobre a importância do conselho para que montassem uma nova chapa. Mesmo assim, eles mencionaram a falta de apoio na localidade, a ausência de contato e da presença da prefeitura por lá. O Conselho do São João está inativo. Aliás, o São João também está inativo. O São João está realmente fora de operação. O outro conselho, o do Fundão, está correndo risco. Essa é uma informação preciosa para os senhores do Fundão: está correndo risco de não conseguir formar uma chapa. Aqui, faço um apelo aos senhores para não deixar isso acontecer. Vão até a comunidade, prestem apoio com orientações, principalmente em relação à burocracia, que não é pouca, para evitar que o conselho acabe. Nas Corujas, por exemplo, o conselho acabou. Já faz um tempo, e eles passaram por dificuldades e não conseguiram remontar. No São Miguel, a situação é ainda mais complicada. É um bairro tão esquecido por Cabo Verde que resolveram criar um conselho junto com o município de Areado. Agora, o conselho será situado em Areado, porque essa é uma reivindicação deles. Eles sentem que a classe política esqueceu do São Miguel, infelizmente. E a prefeitura, então, nem se fala. O senhor mencionou que, nos quatro anos em que estive como secretário de Assistência Social e do NAI, ajudaram a fundar apenas um conselho, que é o do Bairro da Gaúcha. É isso mesmo, correto? Além disso, o senhor esqueceu de citar um conselho que está em funcionamento há muito tempo: o Conselho Comunitário de Segurança Pública. Esse conselho está ativo, e o senhor é o presidente dele, certo? Agora, uma pergunta: desde quando não é prestada conta no Conselho Comunitário de Segurança Pública? O Secretário Adriano diz: Já deve estar fazendo um ano. O Vereador Lucas diz: O senhor sabe as implicações que isso pode causar em um conselho tão importante para nossa cidade, né? O Secretário Adriano diz: Aproveitando que Vossa Excelência mencionou o CONSEP, quero destacar que ele existe, sim, e é um conselho forte. Isso porque contou com amigos, pessoas dispostas a dar seus nomes e leais para assumir a liderança do conselho. Fui procurado para ajudar, e estou envolvido há vários anos. Vossa Excelência, assim como o Pepê, também estive à frente do CONSEP por muitos anos, trabalhando com dedicação. Nosso vereador foi um dos que se empenhou, insistiu, e o senhor sabe muito bem disso. É verdade. O Vereador Lucas diz: Sim, fui e insisti pra que o senhor fosse presidente. O Secretário Adriano diz: Prontamente aceitei, e até hoje estou lá. E, diga-se de passagem, estamos fazendo um belo trabalho. É só perguntar para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. A Vereadora Liamara diz: A prestação de contas do ano passado, o senhor não prestou? O Secretário Adriano diz: Não, não prestei. A Vereadora Liamara

diz: Mas não tinha que ter prestado? O Secretário Adriano diz: Tinha, Excelência, tinha que ter prestado. Mas isso aí não tem nada a ver. Uma coisa é totalmente diferente da outra. Eles estão confundindo com o CAGEC. Deixa eu falar uma coisa para senhora, que é muito importante deixar claro, tanto para senhora quanto pro vereador Lucas. A gente já entendeu que aqui estamos tratando de situação e oposição. Todo mundo já entendeu, já ficou claro. É fácil, gente. Isso acontece de forma muito natural. O Vereador Lucas diz: Senhor secretário, só para deixar muito claro: eu não tenho lado. Meu lado é o povo. Não tem situação nem oposição. Fui eleito na base do prefeito, mas o que tem que criticar, eu critico; o que tem que elogiar, eu elogio. O senhor sabe da minha postura, né? O que tem que criticar, eu critico; o que tem que elogiar, eu elogio. Simples assim. O Secretário Adriano diz: Então, mais críticas do que elogios, independente de situações. Até porque, continuando sobre o conselho, eu realmente tenho que prestar contas, e não prestei essas contas. A gente presta elas para os conselheiros, não é isso? O senhor é legalista, mas também não agia sempre dentro da legalidade para que as coisas dessem certo. A gente agia na moralidade, e é por isso que o CONSEP está de pé até hoje, firme e forte. O Vereador Lucas diz: Em que sentido o senhor está querendo dizer? O Secretário Adriano diz: Em conselho forte. O Vereador Lucas diz: O senhor sabe muito bem que fez uma acusação pela ordem Sra. Presidente, porque o senhor secretário fez uma acusação. O Secretário Adriano diz: Muito bem. Então, a gente precisa agir dentro da legalidade e da moralidade. E, muitas vezes, agimos muito mais na moralidade para que as coisas, inclusive, dessem certo. Excelência, este não é o rumo para o qual fui convocado, tenho certeza disso. Mesmo que a tentativa seja para que eu esteja aqui ao vivo, para que esteja me confrontando, etc., não foi essa a finalidade. Então, sim, o CONSEP, o Conselho de Segurança Pública, está forte. Quando ele mencionou anteriormente sobre os conselhos, sobre a importância de não deixá-los morrer e de dar apoio, quero esclarecer que não foi porque a vereadora Lia fez esse questionamento na semana passada que decidimos como agir este ano. Este ano, estou dizendo que as parcerias, que obviamente foram feitas pela Assistência Social, serão executadas pela Assistência Social. Dei o exemplo do Bairro Cata porque sempre estivemos presentes nos conselhos. Sempre participamos das reuniões, sempre que fomos convocados, e sempre que pediram para levar um prefeito ou um secretário, o Núcleo de Apoio esteve lá. O Íta, por exemplo, ia e acompanhava. O Vereador Lucas diz: O senhor sabe quantas vezes isso foi feito no mandato passado? Quantas vezes o senhor acompanhou? O Secretário Adriano diz: Foram muitas vezes que isso foi feito no mandato, todas as vezes que foi solicitado. Porque, em relação aos conselhos de bairro, acho que precisamos deixar muito claro, vereador: por mais que a gente intervenha, por mais que o Núcleo de Apoio intervenha, há limites. Por exemplo, o senhor mencionou que conversou com os moradores dos Coelhos. Eles também estão mantendo a mesma conversa conosco. Já houve tentativas, algumas não deram muito certo, mas o trabalho está sendo feito. O mesmo que o senhor fez, já está sendo feito pelo Núcleo de Apoio. O Vereador Lucas diz: Não foi o que eu escutei lá. O Secretário Adriano diz: Pois é, aí é que está, vereador. O senhor vai lá e escuta uma coisa, mas precisa procurar a fonte. O senhor mesmo mencionou que, às vezes, escuta algo sobre o conselho, mas não vem aqui saber da fonte. É necessário vir até nós para esclarecer.

Estamos sempre à disposição, com a maior boa vontade, para responder. Às vezes, eles podem falar algo para o senhor que é exatamente o mesmo que falam para nós. Por isso, sou sempre favorável ao equilíbrio e ao diálogo. Vou dar um exemplo simples, envolvendo a vereadora Lia. Nessa reunião que estive no Bairro Cata, eles estavam mencionando o recurso. Uma parte das pessoas presentes afirmava que o dinheiro já tinha caído na conta; outra parte dizia que não. Eu estava lá e expliquei: "Gente, o que a vereadora está fazendo é buscar o recurso. Ela tem o compromisso de um deputado, e esse recurso vai chegar no futuro. O recurso ainda não está na conta da prefeitura." Eles achavam que o dinheiro já estava disponível, mas não estava. Poderia ter falado algo completamente diferente, mas não é do meu interesse. A vereadora está buscando o recurso, e eu não preciso buscar mérito para mim em algo que outra pessoa está conseguindo. A Vereadora Liamara diz: Eles vão receber, mas só se a documentação estiver em dia. Foi por isso que me procuraram, para falar que a documentação não estava regularizada. O Secretário Adriano diz: A documentação, se a senhora levou na sexta, na semana passada como mencionou, já está pronta. Porque, normalmente, chega cedo, de um dia para o outro, ou até menos que isso. Mas o Adailton está aqui para responder às dúvidas que a senhora queira perguntar diretamente para ele. Não, não é questão de arrumar esses documentos. Nós temos o CAGEC, que não se mistura com essa regularidade que a senhora fala do CAGEC. Acho que isso já ficou claro. De uso da palavra o Sr. Adailton Marciano diz: Na semana passada, foram levantados alguns questionamentos realmente ligados ao Núcleo de Apoio às Entidades. Confesso que fiquei surpreso e, ao mesmo tempo, feliz, porque isso demonstra, em primeiro lugar, o interesse da ilustre vereadora em ajudar os conselhos. Além disso, nos dá a oportunidade de esclarecer vários pontos. Com o breve diálogo que tivemos aqui com o Luiz, presidente, já deu para perceber que não sabemos se o recurso vem de forma direta ou indireta. Temos esse impasse: se o recurso vier de forma direta, ele deve passar pelo CAGEC; caso venha de forma indireta, ele deve cair na conta do município para que o município faça o repasse. Sobre o CAGEC: O CAGEC é o Cadastro Geral dos Convenentes do Estado de Minas Gerais. Ele é o primeiro passo para habilitar ou não uma entidade a receber recursos do estado. Para isso, precisamos entender a finalidade do recurso e em qual rubrica ele será alocado: saúde, assistência social, educação, infraestrutura, entre outras. Vou dar um exemplo: Assunção, via CAGEC, hoje não tem absolutamente nenhum plano de ação em vigor que justifique o recebimento de recursos. Isso reforça a necessidade de primeiramente entender a demanda do conselho e avaliar se o caso requer o uso do CAGEC. Dependendo da situação, um recurso de assistência social dificilmente passaria, porque as resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social restringem o repasse a entidades que executam serviços ligados diretamente à assistência social. E os conselhos comunitários são representativos, não executores. Por exemplo, o conselho dos Coelho, mencionado pelo vereador Lucas. O Toninho, como presidente, ia semanalmente fazer solicitações. Algumas demandas conseguimos atender; outras, infelizmente, não. Ainda assim, ele representava a comunidade e levava as necessidades ao setor competente. Um exemplo foi a solicitação de roçagem e limpeza no entorno do PSF. Ele cobrou a demanda por dois meses, e a administração demorou

esse período para atender. Outro caso é o conselho de Condessa. Realizamos reuniões, coletamos assinaturas e aprovamos atas em várias ocasiões, mas a documentação não foi concluída devido a dificuldades enfrentadas pelos envolvidos, como custos e responsabilidades. Ao assumir, questionamos a possibilidade de isenção tributária com base no artigo 5º da Constituição, alegando que os conselhos são entidades sem fins lucrativos. O jurídico entendeu que conselhos não são isentos porque as dívidas são taxas, não impostos. Negociar dívidas de conselhos hoje acrescentaria 35% a 40% ao valor devido, devido a juros e multas. Por isso, sugerimos que conselhos organizem eventos para arrecadar fundos e, a partir disso, solicitamos remissão de juros e multas para regularizar. O CAGEC é um cadastro, e estar nele não define se a entidade está ou não regular. Até mesmo a Câmara Municipal, recomendada a ter o cadastro, não estava regular até poucos dias atrás. A regularidade é comum ser ajustada quando o recurso se aproxima. Estamos à disposição para tratar das demandas reais dos conselhos, entender os recursos e alinhar as necessidades. Ressaltamos que é preciso avaliar o destino dos recursos antes de fazer investimentos que não atendam às reais necessidades de cada localidade. O Vereador João Paulo diz: Adailton, só queria falar uma coisa para você. Você mencionou que o Executivo foi em todos os bairros, né? Mas marcou duas vezes para ir ao bairro Chapadão, no conselho do bairro Chapadão, e não foi. Nós até avisamos a população do bairro duas vezes, mas não apareceram lá. Disseram que foram em todos os bairros, menos no Chapadão, que é o bairro mais populoso que temos. O Vereador Lucas diz: Na sua opinião, Adailton, você acha que o NAI falhou em algum aspecto? Seja honesto. O Sr. Adailton diz: É, Lucas, de verdade, penso que sim, que houve falhas. Mas, se analisarmos os dois mandatos anteriores, o que o Adriano falou é verdade. Por exemplo, naquela época, tínhamos um ou dois conselhos regulares. Conseguimos chegar a quatorze. Hoje, temos sete em funcionamento, com a possibilidade de regularizar mais oito, totalizando dezesseis. Talvez essa falha seja nossa, por conta do seguinte: o exemplo que dei sobre Condessa. Você vai uma vez, faz toda a documentação, aguarda e não é concluído. Vai uma segunda vez, faz tudo de novo, e ainda assim não é concluído. Eu não condeno absolutamente nenhum dos interessados quando isso acontece, mas reconheço que, às vezes, precisamos dessa provocação ou de um pouco mais de disposição. Ainda assim, reitero que entendo totalmente cada representante de conselho ou comunidade que, por algum motivo, opta por não regularizar o seu conselho. O Secretário Adriano diz: Então, finalizo minha participação nesta tribuna e me coloco à disposição quantas vezes for preciso, para que possamos responder, tirar dúvidas e dar os esclarecimentos necessários. Sugiro à vereadora Lia que procure também o Núcleo de Apoio e a Secretaria para acompanhar de perto o trabalho. Inclusive, vamos precisar muito dos senhores e senhoras vereadores. Coloco-me à disposição, viu? Tenho absoluta certeza de que fizemos o nosso papel, cumprimos o nosso trabalho. Quero deixar isso muito claro, Excelência, com relação aos conselheiros. Entendemos que muitos, infelizmente, optam por não querer continuar, e essa é realmente uma situação difícil. Venho levantando essa questão, inclusive em relação aos conselhos municipais. Para conseguir pessoas dispostas a participar, é necessário quase "pegar no laço". Para realizar reuniões, muitas vezes usamos apenas o WhatsApp; é a realidade. Reparem: o

recurso que vem para a APAE, o recurso que vem para a assistência social, o recurso para o Lar Santo Antônio, todos esses recursos têm a prestação de contas e o plano de ação enviados por WhatsApp. É a única forma que temos conseguido lidar com isso, e nos conselhos comunitários a situação não é diferente. Os conselheiros precisam desprender tempo, muitas vezes depois de um dia cansativo, para se reunir. E, mesmo assim, o retorno nem sempre é imediato, o que acaba desanimando muitos deles. O que é pior, eles não recebem salário. Além disso, muitos conselheiros ainda precisam escutar críticas injustas, como a acusação de que tiram dinheiro para benefício próprio, quando, na verdade, é o oposto. Os representantes de bairros gastam do próprio bolso para ajudar as instituições. Por isso, agradeço mais uma vez, presidente. Estamos aqui, sempre com trabalho sério, pé no chão e respeito a todos, valores que sempre mantive nos meus 25 anos de vida pública. A Sra. Presidente agradece a presença do Secretário Adriano aqui nesta noite, pela disponibilidade ao atendimento a Convocação desta Casa e pelos esclarecimentos prestados. A Sra. Presidente consulta os(as) Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo em conceder a palavra ao Sr. Luan Henrique de Oliveira Tesoureiro da Associação dos Protetores de Animais de Cabo Verde. Estando todos(as) de acordo, concedo a palavra ao Sr. Luan por 05(cinco) minutos, de acordo com o Regimento Interno e Resolução desta Casa Legislativa. De uso da palavra o Sr. Luan diz: “Agradeço a oportunidade de estar aqui e apesar de ter sido citado várias vezes nesta noite, vai me ater ao tema que vim aqui tratar: a causa animal. Em outra oportunidade, voltarei a esta tribuna para representar o Conselho de São Bartolomeu, na posição de presidente da instituição. Hoje, porém, vou falar sobre a Associação de Proteção dos Animais de Cabo Verde. Essa é uma instituição sem fins lucrativos, composta por membros voluntários. Somos uma equipe unida, trabalhando por uma conduta de bem-estar em nosso município, especialmente em uma causa que, muitas vezes, é esquecida. Uma das principais metas da associação é a difusão da legislação de proteção animal e o zelo pelo seu cumprimento e aperfeiçoamento. Cito aqui o caso da oitava reunião, em que o secretário de Meio Ambiente esteve presente após o ataque de um animal a uma moradora do município. Na ocasião, algumas de suas colocações me assustaram, pois foram baseadas em informações sem comprovação técnica ou fatos reais. Ele afirmou que, em caso de abandono de animais, a população deveria acionar a Polícia Militar. Contudo, temos legislações municipais aprovadas entre 2020 e 2021 que delegam essa responsabilidade também ao município. Além disso, a Polícia Militar exige a presença de um representante do Executivo, tornando a orientação dada por ele incoerente. Outro ponto levantado foi sobre alimentar animais de rua, alegando que isso geraria agressividade por territorialidade. Pesquisamos e não encontramos embasamento técnico que comprove essa relação exclusiva com animais comunitários. Essa criminalização da nobre ação de alimentar animais vulneráveis é vergonhosa. É inaceitável que o Executivo use esta tribuna para amedrontar a população ao invés de promover ações que incentivem práticas positivas de cuidado animal. Deixar essa narrativa sem retratação seria omissão de nossa parte, como associação. Por isso, estamos aqui para defender a causa animal e solicitar que o Executivo promova uma retratação pública e eficiente. Recentemente, tomamos conhecimento do veto ao projeto de censo animal nesta Casa. Este projeto não gera custos diretos ao Executivo

e pode ser executado de forma organizada pelos recursos humanos já existentes. Não é uma questão de orçamento, mas de gestão. O censo é essencial para nortear políticas públicas e atender a exigências como a castração de 10% dos animais, prevista em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) já firmado com o Ministério Público. Sem dados, não há como mensurar ou comprovar o cumprimento dessa exigência. Como tesoureiro da associação e membro da diretoria, acompanhei outros membros até esta Casa para pedir que nos ajudem nessa empreitada. Acreditamos que, com o apoio de vocês, possamos garantir que as legislações vigentes sejam cumpridas. Encaminharemos solicitações formais ao Executivo para esclarecimentos, mas contamos com a ajuda de vocês para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos nossos animais. Vamos mostrar que nosso município tem a capacidade e a humanidade para ser referência na causa animal. Apesar das divergências políticas, precisamos olhar além delas e respeitar as legislações, defendendo quem não tem capacidade de fazê-lo por si mesmo. O Vereador Lucas diz: Senhor Luan, boa noite. Desde já, quero parabenizá-lo pela defesa desse tema, que é tão importante e que, talvez, muitas pessoas ainda não tenham percebido a real importância. O senhor mencionou algo que eu não poderia deixar de complementar, a respeito do veto ao Projeto de Lei 04/2025. Nós recebemos esse veto, e ele será encaminhado hoje pelo presidente. Recebi essa notícia com muita tristeza, porque esse era meu primeiro projeto de lei voltado para ajudar a causa animal. Tenho vários outros projetos, mas esse era o menos oneroso para o Executivo. Como o senhor mesmo mencionou, existem formas de realizar esse trabalho, como já é feito em outras cidades, utilizando os agentes comunitários. Eles já realizam visitas e podem, de forma simples, adicionar novas tarefas, gastando apenas papel e caneta, ou até mesmo sem custos, já que hoje em dia tudo é digital, com uso de celulares ou tablets. Se houver planejamento, não haverá custo adicional. Recebi o veto com grande tristeza, mas, obviamente, vou me posicionar contrário a ele e pela sua derrubada. Acredito que, após sua fala, os novos colegas também vão refletir sobre isso. Inclusive, desde já, peço o apoio dos colegas. Quanto à fala do secretário de Agricultura, concordei e continuo concordando com muitos pontos que ele abordou, como a importância de os proprietários terem responsabilidade, especialmente no que diz respeito ao abandono de animais. O descuido com um animal pode até mesmo causar acidentes. No entanto, em relação à questão da alimentação, acredito que ele não foi feliz em sua colocação. Apesar disso, também compreendo a realidade dele no que tange aos recursos. Ele tem pouco orçamento para trabalhar nessa área, e, nesse aspecto, eu entendo sua dificuldade. De qualquer forma, senhor Luan, parabéns pela defesa que o senhor tem feito dessa causa e pela representatividade que tem demonstrado perante a nossa comunidade. Muito obrigado. A Sra. Presidente diz: Luan, quero agradecer sua presença nesta Casa. Sinta-se à vontade para vir sempre que precisarem, para trazer pautas, falar e comentar, nos deixando mais atentos a essas questões. Quando você faz alguns questionamentos, isso nos leva a refletir. Quero dizer que somos seres humanos e, como tal, só acertamos porque também erramos. Essa é a importância de a população estar sempre presente, cobrando, se posicionando e agindo. Você veio até aqui de uma maneira muito clara, sabendo o que estava dizendo, e isso é extremamente importante. Agradeço imensamente sua vinda e a presença dos demais

participantes que estão aqui com você, todos abraçando essa causa tão nobre. Muito obrigada e que Deus nos abençoe para sermos mais humanos, como você destacou, pois isso é essencial. A Sra. Presidente consulta os(as) Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo em conceder a palavra a Sra. Bernadete Rabelo Sousa que falará sobre a Revisão da Lei de fogos de artifício e revisão do Projeto do Cão Comunitário. Estando todos(as) de acordo, concedo a palavra a Sra. Bernadete por 05(cinco) minutos, de acordo com o Regimento Interno e Resolução desta Casa Legislativa. De uso da palavra a Sra. Bernadete diz: Acho que vim aqui hoje para complementar a fala do Luan. Quero compartilhar algo com vocês: quando o Luan tinha uns cinco anos, talvez a Juliana nem tivesse nascido ainda, ou tivesse uns dois anos, eu já estava envolvida nessa causa. Hoje, venho aqui muito triste. Essa semana, confesso que tive um momento de depressão por conta dessa causa. Chorei muito. Mas sigo em frente. Já vim aqui várias vezes, em outros mandatos, e fui atrás de apoio. A Flávia da Aconchego, que me ajudou muito no passado, também enfrentou dificuldades para conseguir avanços. No mandato anterior ao do Claudinho, o prefeito Edson foi bom em várias áreas, mas não ajudou em nada na causa animal. Esses últimos quatro anos também passaram, e o Claudinho praticamente não contribuiu com essa causa. Hoje, venho aqui para desabafar minhas frustrações e lembrar a todos quantas vezes fiz pedidos nesta Casa. Samuel, por favor, poderia passar o primeiro vídeo para mim? Eu trouxe um vídeo bem pequeno e queria compartilhar uma reflexão de um versículo da Bíblia que diz: "O homem justo cuida bem dos seus animais; os ímpios, que são cruéis de coração e falsos de caráter, não cuidam." Acredito que todos aqui, que acreditam em Deus, podem concordar que precisamos cuidar desses animais, que dependem exclusivamente de nós. Sou muito curiosa e acompanho sempre as sessões da Câmara, porque gosto de saber das coisas. Algo que observo é que, em praticamente toda sessão, falam-se de demandas como mata-burros, calcário, pontes, estradas, quebra-molas. Esses temas sempre aparecem. Porém, quando falamos da causa animal, algo é pedido e, logo depois, esquecido. Parece que os documentos desaparecem em gavetas. Recebo elogios quando venho aqui, sou tratada com respeito e atenção, mas nunca vejo soluções práticas. Estou há anos nessa luta, dedicando metade da minha vida à causa animal. Trago projetos como o da lei contra fogos de artifício. Era uma lei detalhada, com 22 páginas, abordando artigos, valores de multas e órgãos aplicadores. No entanto, o projeto foi reduzido a duas páginas, sem previsão de multas ou responsáveis por fiscalização. Por exemplo, no primeiro ano em que a lei foi sancionada, na virada do ano, a prefeitura soltou fogos. Meu neto perdeu o cachorro de infarto, e nossa cachorrinha comunitária foi degolada ao se assustar com os fogos. Recolhemos um cavalo em pânico no asfalto e o levamos para viver em segurança na fazenda do César Andrade, em Botelhos. Trago pedidos para a causa animal não para ser elogiada, mas para buscar soluções. Tenho provas, fotos e vídeos para mostrar a realidade e o impacto dessa luta. No entanto, vemos pouca ação prática para resolver os problemas que apresento. Minha dedicação não é apenas por paixão, mas por compromisso com a vida dos animais. Gasto do meu bolso, compro rações, recolho animais da rua e vejo o quanto a sociedade ajuda em causas humanas, mas reluta em oferecer o mesmo apoio para os animais. Peço fiscalização, vacinas, bancos de ração, e vejo promessas que não se concretizam. Durante a pandemia, eu e

meu pai, então com 93 anos, queimamos mais de 15 cães vítimas de cinomose. Esse trabalho não foi feito com apoio da prefeitura, mas com ajuda de voluntários e da comunidade local. Acredito que um banco de ração poderia aliviar o peso sobre protetores como Ângela, que cuida de 15 cães em sua casa, muitos com deficiências. Será que não há recursos para ajudá-la com dois sacos de ração por mês? Por fim, relato a decepção com a história das casinhas construídas com apoio do Éder, que gentilmente cedeu o espaço. Após críticas do prefeito, fui de casa em casa para verificar as reclamações, que na verdade eram sobre banheiros químicos e não as casinhas. Todos apoiaram a ideia. Samuel, por favor, exiba o vídeo para mostrar como faço a limpeza das casinhas todos os dias, antes ou depois do trabalho. Quero que todos vejam o cuidado e a dedicação envolvidos. A Sra. Presidente interrompe e justifica que o tempo para o uso da palavra foi excedido e passa a palavra para os vereadores comentarem. O Vereador Lucas diz: Senhora presidente, só gostaria de aproveitar para agradecer à Bernadete também. Sabemos da sua luta, Bernadete. Não é uma luta fácil, e eu reconheço o quanto você é empenhada nisso. Em relação ao projeto de lei, eu já comentei. Sobre os requerimentos, quero dizer que fiz, sim, um requerimento, viu, Bernadete. Pedi esclarecimentos sobre o cumprimento da lei e sobre qual seria o órgão responsável pela fiscalização. A prefeitura respondeu, mas não especificou qual órgão seria responsável. Isso acontece, acredito, porque eles ainda não regulamentaram essa questão, e, como a doutora acabou de confirmar, é uma lacuna. A regulamentação é uma obrigação do Executivo, pois são eles que devem determinar qual órgão será responsável pela fiscalização. Infelizmente, eles ainda não fizeram isso. Compreendo que, dentro das possibilidades de cada vereador na época, houve empenho dentro do que era possível. Porém, no que diz respeito à execução, dependemos totalmente do Executivo, e, ao que parece, mesmo estando no plano de trabalho do prefeito, não vejo muita dedicação a essa causa. A Sra. Bernadete diz: Certinho, então, só para finalizar, eu queria pedir a vocês uma resposta sobre todos os projetos que deixei aqui ao longo desses anos: o projeto da lei de fogos de artifício, que estava completo e foi resumido; o projeto da vacina contra a cinomose, que continua matando cães todos os anos; e o projeto da lei do cão comunitário. O que vamos fazer sobre tudo isso? Vamos ter uma resposta ou não? Como vai ficar? Será que, toda vez que viermos aqui, seremos esquecidos? A Sra. Presidente Maísa diz: Fique tranquila, Bernadete, porque as demandas que você está apresentando foram encaminhadas. Mas quero reforçar qual é a nossa função como legisladores. As atribuições de todos os vereadores não incluem a execução. Eu compreendo a sua fala e entendi perfeitamente o que você explicou. Sei que seus projetos foram entregues nesta Casa e foram devidamente encaminhados. No entanto, a nossa função é legislar, não executar. Essa parte cabe ao prefeito, lá na prefeitura. Então, é importante ressaltar isso. Compreendo tudo que você trouxe aqui, mas, sendo transparente com você, não vou iludir. Agradeço muito a sua presença aqui hoje. Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os(a) Vereadores(a) Lucas Guilherme da Silva e Liamara Pereira Castello Branco. De uso da palavra o Vereador Lucas Guilherme da Silva diz: “Senhor secretário de Assistência Social e Habitação,

Adriano Lange, senhor presidente, eu gostaria de usar meu direito de resposta em relação às atas que eu ajudava o CONSEP a fazer. Sobre as atas, acredito que é algo até normal prestar essa ajuda, e não há nenhuma ilegalidade nisso. Tenho certeza disso. Afinal, quem assina a ata é o secretário ou o presidente, e tudo está sob a coordenação deles. Era simplesmente uma ajuda que eu oferecia, inclusive para não deixar o conselho acabar. Mas, senhor secretário, ressalto que a prestação de contas é uma questão séria. Por isso, oriento que seja realizada adequadamente, até mesmo para que o CONCEP não enfrente prejuízos. Mas vamos aos assuntos de hoje. Samuel, por favor, poderia soltar o primeiro vídeo? (Vídeo) Primeiramente, quero abordar uma fala do prefeito durante um evento organizado pela Câmara Municipal, sob o comando da nossa presidente, na última sexta-feira. Ele cumprimentou os vereadores e destacou que "quase na sua totalidade, os vereadores contribuem para a cidade". Isso, em um evento promovido pela Câmara, foi uma falta de respeito. Se o prefeito tem algo pessoal contra algum vereador, isso deve ser resolvido em outro ambiente, e não publicamente, em um evento desta natureza. Além disso, acredito que esse comportamento reflete a dificuldade dele em aceitar críticas. Já tivemos um diálogo no passado, onde fiz críticas construtivas em relação ao mandato dele. Minha intenção sempre foi torcer pela melhoria de sua gestão. Infelizmente, percebi que ele não recebeu isso de forma positiva, o que evidencia falta de humildade. O prefeito precisa entender que a política em Cabo Verde mudou. Hoje, ações do Executivo estão sujeitas a críticas, tanto por parte da população quanto dos vereadores. E isso não é pessoal. Nossa função é fiscalizar e apontar o que precisa ser melhorado. Ao invés de buscar diálogo e solução, ele adota uma postura defensiva. Desde o início, propus uma relação de trabalho clara: se minhas demandas fossem atendidas, não haveria necessidade de fazer vídeos expondo problemas. Reconheço as limitações da prefeitura e sei que não é possível atender a tudo, mas bom senso e diálogo são fundamentais. Já elogiei o trabalho da prefeitura em várias ocasiões, especialmente em relação ao asfalto na Serra dos Lemes, que ficou excelente. Porém, o asfalto dos Coelhoos não teve a mesma qualidade, e isso precisa ser apontado. Estou insatisfeito com as respostas que recebi para alguns requerimentos. Exemplos: Solicitei um cronograma de trabalho para a ponte dos Capitães e recebi a resposta de que foi feita uma ponte provisória. Isso não é um cronograma. Questionei sobre leis que precisavam de regulamentação por decreto, mas o prefeito não as regulamentou. Isso configura crime de responsabilidade, segundo a legislação. Em relação às estradas no bairro Fundão, foi dito que passaram a patrol, mas isso não resolve os problemas. Manutenção requer colocação de cascalho, instalação de manilhas e drenagem adequada. Sobre o plano de carreira dos servidores públicos, pedi uma análise da prefeitura. A resposta foi que a despesa está dentro da margem, mas isso não responde ao meu pedido. O reajuste no auxílio transporte ocorreu em 2021 e 2022, mas estamos em 2025. Com a inflação e o aumento de custos, é necessário revisitar esse benefício. A situação do atendimento ao 190 é preocupante. Muitas vezes, a população não consegue contato. Estive pessoalmente com o tenente coronel André Luiz para relatar casos reais e discutir formas de melhorar o serviço. Recomendo que, ao enfrentar dificuldades, os cidadãos formalizem reclamações na ouvidoria e no comando da Polícia Militar. Finalizo reforçando meu compromisso com

a população, buscando soluções reais para os problemas enfrentados em nossa cidade. Muito obrigado. De uso da palavra a Vereadora Liamara Pereira Castello Branco diz: Então, gente, a gente faz os requerimentos e as respostas são basicamente iguais para todos os vereadores, como o Lucas mencionou. Hoje eu nem fiz requerimento, mas estou aqui com o primeiro requerimento que fiz, no dia 6 de janeiro. Pedi que fosse colocada uma grade de proteção em uma ponte localizada próximo ao Centro de Eventos, junto com a manutenção da ponte. Na época, eu não sabia o nome exato da ponte, pois algumas pessoas a chamam de Ponte da Macaúba, e outras a chamam de Ponte Nova. Fiz esse requerimento no dia 6 de janeiro, e a resposta que recebi foi de que já iriam tomar providências. No entanto, hoje a ponte se encontra interditada. Essas têm sido as respostas aos nossos requerimentos. O Vereador Lucas solicita um aparte e diz: Senhora vereadora Lia, a senhora me concede uma parte? Se eles tivessem ido lá e atendido à sua demanda, talvez tivessem enxergado o buraco que estava começando a se abrir, e não seria necessário chegar a essa situação. A Vereadora Lia diz: Às vezes, é porque mulher não entende de ponte, né? Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA**. Consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. Na sequência a Sra. Presidente encaminha o Veto Total ao Projeto de Lei de nº 04/2025, realizado pelo Prefeito Municipal de Cabo Verde, por considera-lo contrário ao interesse público, as Comissões de Legislação, Justiça, Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Pareceres e votação. Em seguida, passa-se a solicitação de envio dos Requerimentos pelos Senhores Vereadores(as). A Sra. Presidente indaga se algum Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o **Vereador João Paulo de Moraes requer o que segue: a)** Requer que seja realizada manutenção no calçamento de todas as Ruas do Bairro São Benedito, pois todas Ruas do referido Bairro encontram-se com o calçamento (bloquetes soltos) ou danificados em algum ponto, o que causa muitos transtornos aos moradores do local por serem ruas bastante íngremes. **b)** Reitera pedido de manutenção em dois grandes buracos existentes na massa asfáltica da Rua Prefeito Cândido de Sousa, pois podem ocasionar acidentes. Trata-se de um morro íngreme com grande fluxo de veículos diariamente. De uso da palavra o **Vereador José Maria Messias requer o que segue: a)** Requer que seja realizada manutenção em um mata-burros próximo a propriedade do Senhor Jorge e Sra. Geralda no bairro Santa Luiza, pois o mesmo encontra-se em estado precário de conservação. De uso da palavra o **Vereador Juscelino Tereza requer o que segue: a)** Requer providências urgentes quanto ao declive existente entre a ponte Macaúbas e a massa asfáltica da BR146, pois no dia 15 de março de 2025 aconteceu um acidente no local, onde o motorista saiu da pista, caiu as margens da BR e veio a óbito, assim se faz necessário a verificação e manutenção deste declive a fim de se prevenir e evitar novos acidentes. A Sra. **Presidente solicita um aparte e diz:** Na verdade, esse requerimento que o senhor mencionou, vamos reiterá-lo, pois já foi feito várias vezes

nesta Casa. Eu mesmo apresentei esse requerimento em diversas ocasiões. Gostaria também de aproveitar para convidar todos os vereadores aqui presentes a comparecerem na sexta-feira, às 14 horas, no trevo de São Bartolomeu. O deputado federal Emidinho Madeira estará lá junto com o representante do DNIT, Fabiano. Será uma ótima oportunidade para falarmos diretamente com o deputado e com o representante do DNIT sobre a gravidade da situação, principalmente considerando que o acidente ocorrido nesse local foi fatal. O Vereador **Lucas solicita um aparte e diz:** O senhor me concede uma parte? Senhora presidente, tive uma reunião hoje com o chefe do DNIT, o Fabiano, e aproveitei para apresentar algumas demandas importantes. Levei para ele estatísticas da Polícia Rodoviária Federal sobre acidentes, incluindo plotagens no mapa, tanto aqui em Cabo Verde quanto no trevo de São Bartolomeu. Também entreguei o ofício do deputado Rodrigo Lopes, que está empenhado em ajudar. Acredito que todos os vereadores deveriam entrar em contato com seus deputados, pois quanto mais apoio tivermos, melhor para o distrito e para o município. Quem tem o deputado Arantes, por exemplo, pode buscar a contribuição dele. Na reunião, solicitei a instalação de radares não só no trevo de São Bartolomeu, mas também o retorno do radar no trevo de Cabo Verde. Também mencionei a necessidade de uma terceira faixa entre a Cocha e o Pé e o alto do desvio, porque há muitos caminhões carregados naquela área, o que dificulta ultrapassagens e aumenta o risco de acidentes, especialmente com ultrapassagens forçadas em locais inadequados. Falei com ele sobre o acidente mencionado, que foi horrível e resultou em uma fatalidade. Muito provavelmente, essa tragédia aconteceu por conta da rampa que o senhor citou. Gostaria de reforçar aos vereadores a importância de estarem presentes na sexta-feira, às 14h, no trevo de São Bartolomeu, para conversar diretamente com o deputado Emidinho Madeira e o Fabiano, do DNIT. Será uma oportunidade valiosa para tratarmos dessas questões urgentes. De uso da palavra **o Vereador Lucas Guilherme da Silva requer o que segue:** a) Que seja instalada caixa de separação de rejeitos ou similar no almoxarifado da Prefeitura Municipal tendo em vista que os rejeitos oriundos de produtos químicos utilizados para lavagem dos veículos, bem como óleos e combustíveis que caem no pátio do almoxarifado são lançados irregularmente no Ribeirão Assunção. Tal constatação também foi realizada por empresa contratada pela Prefeitura Municipal que fez audiência pública na Câmara Municipal no ano passado, sobre o plano de saneamento básico do município. Caso a Prefeitura não se adeque, pode incorrer nas sanções previstas na Lei nº 9.605/1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Demonstra fotos e diz: este é o almoxarifado da Prefeitura Municipal. Nós tivemos uma audiência pública aqui na Câmara Municipal, onde uma empresa contratada pela prefeitura apresentou questões relacionadas ao saneamento básico da nossa cidade. Acredito que a maioria dos vereadores estava presente, isso foi no ano passado. Foi detectado por essa equipe, em seu diagnóstico, que a prefeitura está lançando poluição no Ribeirão Assunção, devido à lavagem de veículos e ao óleo que sobra no pátio do almoxarifado. Essa poluição ocorre através de uma abertura próxima ao ônibus, levando resíduos diretamente ao ribeirão. Além disso, no local de lavagem de veículos, há um buraco por onde os rejeitos também vão parar no ribeirão.

Por isso, gostaria de solicitar à prefeitura que seja feita uma caixa de separação de rejeitos. Assim, podemos evitar maior poluição na água do Ribeirão Assunção. Essa medida é importante para não configurarmos crime ambiental, conforme previsto na Lei de Crimes Ambientais. Peço urgência à prefeitura para atender essa demanda, até para evitarmos maiores problemas futuros. **b)** Que seja informada a esta Casa Legislativa quando e onde o Poder Executivo pretende instalar a academia ao ar livre que, segundo informações, está depositada no almoxarifado da Prefeitura há algum tempo, sem utilidade. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva requer o que segue:** Requer que sejam tomadas providências URGENTES quanto a realização de uma revisão em toda extensão da rede elétrica que fornece energia ao Distrito de Serra dos Lemes, pois, basta o tempo mudar, cair uma pequena quantidade de chuvas para faltar energia no local, com grande demora para restauração, ficando por até dois dias sem energia na parte rural do Distrito. Lembrando que no Loteamento São Francisco a falta de energia elétrica é constante. Vale ressaltar, a dificuldade encontrada pelos produtores de leite e proprietários de granjas que precisam da energia elétrica diariamente para manutenção de sua produção. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido requer o que segue:** **a)** Requer que sejam realizadas melhorias na pista de caminhada construída recentemente no centro de eventos do Município, pois a massa asfáltica aplicada no local ficou com trechos de ondulações podendo ocasionar fraturas nos praticantes de esporte. • Que os atletas praticantes de corridas sejam ouvidos antes da finalização da obra, pois estão encontrando dificuldades na realização de seus treinos, por falta dos espaços necessários para esta prática, lembrando a necessidade da pista para seus treinos, uma vez que a utilização da BR146 é muito perigosa e com pavimentação irregular para esta realização. • Que sejam construídas caixas de contenção das enxurradas em alguns pontos da pista, pois a água está ficando acumulada nas laterais. • Que seja proibida a entrada de animais de grande porte no local (cavalos). O Vereador Lucas solicita um aparte e diz que sobre essa pista, alguns atletas que correm foram até lá verificar e mencionaram que falta ângulo para as curvas. Elas precisariam ser mais ovaladas, pois estão muito fechadas e curtas. **b)** Requer que seja construído um quebra-molas na Rua Caiapós, próximo a Mercearia do Sr. José Carlos Marciano, pois motoristas transitam por este local em alta velocidade, o qual é muito movimentado por pedestres, podendo assim, ocasionar acidentes. **c)** Requer que seja instalada a academia ao ar livre no Distrito de São Bartolomeu de Minas, pois os equipamentos já estão depositados na quadra de esportes e a população necessita desta instalação para prática de exercícios físicos. **d)** Requer que seja instalada academia ao ar livre na Rua 12 de outubro, no denominado buracão, os moradores próximos ao local reivindicam esta instalação para prática de seus exercícios físicos diários. O Vereador Lucas solicita um aparte e diz: aproveito para reforçar essa questão. Coincidentemente, estive no almoxarifado hoje cedo para verificar a academia ao ar livre que está guardada lá. Meu requerimento será para que a prefeitura informe quando e onde essa academia será instalada. Ela está novinha, debaixo de uma lona, e a população está deixando de usá-la. Segundo informações, faz tempo que está lá, vereador Pepê. É só isso, senhora presidente. A Sra. Presidente ressalta que os **requerimentos apresentados pelo Munícipe Sr. Luan Henrique de**

**Oliveira Tesoureiro da Associação dos Protetores de Animais de Cabo Verde, o qual utilizou-se da Tribuna Livre, serão enviados ao Executivo conforme segue:**

**a)** Solicita esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas para a fiscalização do cumprimento da Lei Municipal nº 2.604/2020 e da Lei Municipal 2.668/2021, principalmente sobre os casos de maus tratos e abandono de animais, apresentando histórico de autuações realizadas, bem como para que informe os canais de contato e identifique os profissionais responsáveis pelo atendimento às denúncias e apuração dos fatos; **b)** Solicita a realização de campanhas de informação e conscientização da população sobre o direito e a importância da manutenção dos chamados “animais comunitários”; **c)** Solicita esclarecimentos sobre o método que tem sido utilizado para definição da meta numérica de animais a serem submetidos à esterilização cirúrgica e também demonstrativos e documentos que comprovem o cumprimento dessa meta nos últimos anos. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos. Todos(as) se manifestam favoráveis. Em seguida passa-se a discussão e votação dos Projetos de Lei já encaminhados nesta Casa Legislativa. A Sra. Presidente solicita ao Vereador Pedro Sérgio Aparecido que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 2.320/2025, que **CRIA, NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE, O SERVIÇO ‘FAMÍLIA ACOLHEDORA’, QUE VISA PROMOVER O ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E TOMAR OUTRAS PRECAUÇÕES.** Submete o referido Projeto de Lei a apreciação, discussão dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis a aprovação do referido Projeto, conforme **Parecer:** As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cabo Verde, após análise do Projeto de Lei nº 2.320/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, manifestam-se nos seguintes termos: O projeto tem como finalidade instituir o serviço de acolhimento familiar provisório para crianças e adolescentes em situação de risco social, com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Política Nacional de Assistência Social. A medida visa fortalecer a proteção integral e garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos beneficiários. A proposta atende ao interesse público e ao ordenamento jurídico vigente, além de estar em consonância com as políticas nacionais de proteção à infância e juventude. O projeto detalha atribuições, recursos destinados, responsabilidades institucionais e critérios para operacionalização do serviço no âmbito municipal. Diante do exposto, as Comissões Permanentes manifestam-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.320/2025, por considerarem a proposta de grande relevância social e por estarem juridicamente aptas para regular o Alojamento familiar provisório no Município de Cabo Verde. Submete o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.320/2025 é aprovado, por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emenda. Solicita ao Vereador Secretário Pedro Sérgio Aparecido que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 2.321/2025, que **RATIFICA O TERCEIRO (3º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BAIXA MOGIANA – CIMOG, E DÁ OUTRAS ESPECIFICAÇÕES.** Submete o referido Projeto de Lei a apreciação, discussão dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) se

manifestam favoráveis a aprovação do Projeto, conforme **Parecer:** As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, reunidas para análise do Projeto de Lei nº 2.321/2025. O Projeto de Lei tem por finalidade a ratificação específica o terceiro Termo Aditivo ao contrato do Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG, aprovado pela Assembleia Geral do consórcio em 30/01/2025, promovendo atualizações diversas no referido instrumento, para melhor adequação às novas necessidades operacionais e legais do consórcio. A matéria é inserida na competência do Executivo Municipal, nos termos do previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, sendo de competência desta Casa Legislativa a apreciação e deliberação sobre o tema. A proposição atende aos requisitos formais e materiais de legalidade, observando as disposições da Lei Federal nº 11.107/2005, que disciplina a contratação de consórcios públicos e autoriza a celebração de aditivos para sua atualização e adequação às demandas dos entes consorciados. O projeto visa modernizar e ampliar a atuação do CIMOG, contemplando melhorias estruturais, ampliação de serviços como o castramóvel, e a implementação de novos programas de interesse regional e nacional, como SIM CIMOG junto ao SISB, sem aumento da contribuição municipal. As atualizações e ampliações propostas no Termo Aditivo são relevantes para o fortalecimento da atuação do CIMOG e para o atendimento das demandas dos municípios consorciados, beneficiando diretamente a população com a otimização de serviços públicos essenciais. Diante do exposto, as Comissões Permanentes opinam favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.321/2025, por estar em conformidade com a legislação vigente e por ser de evidente interesse público. Submeto o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.321/2025 é aprovado, por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emenda. Anuncia-se a aprovação do Projeto de Lei nºs 2.320 e 2.321/2025 por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente indaga ao Vereador Luiz Carlos Ribeiro Líder do Governo nesta Casa Legislativa, se o mesmo gostaria de dar alguma informação a população sobre os trabalhos do Executivo. O Vereador Luiz Carlos diz que sim e utiliza-se da palavra para as seguintes informações: “Gostaria de falar sobre a ponte do Macaúba. Foi descoberto um defeito, não de má conservação, mas de erosão na estrutura e fixação embaixo da ponte pelos fluxos da água, o que fez com que a terra cedesse. Descemos até a base da ponte para verificar o que estava acontecendo e constatamos que serão necessárias algumas intervenções. O engenheiro responsável pelo projeto de 2013 foi chamado, e, junto com os engenheiros da prefeitura, já montaram um plano de trabalho. As obras de reparo começarão amanhã. Já o serviço de reparo da ponte Macaúba está satisfazendo. Foi realizado um serviço de patrolamento no bairro Cambuí. Hoje, vindo de Muzambinho, passei pelo bairro, na entrada dos Anises e do Cateto. Foi feito um serviço de alargamento muito bem executado. A dificuldade maior, como sempre mencionamos, é que fazemos o patrolamento, mas, em alguns casos emergenciais, é necessário realizar intervenções mais profundas. Se isso não for feito, o povo para, o povo não anda. Nosso cascalho está cada vez pior. Aproveitando o patrolamento, foi realizado um serviço no antigo morro do César, indo para os Coelhos. Quem passa por

lá percebe que o serviço inicial ficou bom, mas, ao observar mais atentamente, nota-se que o cascalho é de baixa qualidade, muito fraco. O serviço incluiu alargamento e tampou os buracos, mas sabemos que, com as chuvas que ainda virão, muito cascalho será perdido, assim como o custo e o esforço investidos nas estradas rurais. Está sendo feito um serviço de patrolamento, como o vereador Lucas mencionou, que considera fraco. Mas, pelo menos, permite que o pessoal ande um pouco e saia dos buracos. Quem usa as estradas rurais diariamente sabe como é difícil passar por buracos. Se estiver patrolado, ao menos dá para sair de casa e ter um pouco de paciência até que o cascalho seja colocado em todas as estradas. Ainda faltam serviços em Cateto, Anises e Bocaina. Atendendo ao pedido de patrolamento na área do João Bolão, solicitado pelo Zé Maria, o serviço foi realizado. Estava muito cheio de buracos, mas foi feito o patrolamento e, acredito, também o alargamento. O serviço ficou bom. Não passei por lá, mas quem passou disse que ficou bom. Está sendo feito um serviço de retroescavadeira e limpeza de bueiros no sentido Fazenda Vista Alegre para Cabo Verde. Não concordo com o senhor quando diz que o pessoal do Hangar de São Miguel é esquecido. Não são. A pista Alegre de lá vem para cá, e estão sendo feitos levantamentos de pontos rebaixados, colocando terra e cascalho. Por ser uma área mais distante, é mais difícil levar cascalho, mas ele chegará. Sobre o asfalto no Centro Eventos, concordo que reparos são necessários, especialmente na pista de caminhada, para evitar acidentes. Vamos verificar as falhas e convocar a empresa responsável para refazer o serviço. Uma sugestão seria chamar o pessoal da corrida para acompanhar as melhorias na pista e dar ideias sobre as curvas, o que pode facilitar o trabalho. O asfaltamento na área onde ocorre o rodeio está em andamento. Uma patrol está sendo usada para manutenção e testes. A previsão é que o asfaltamento esteja pronto antes do evento Tempero Solidário. A prefeitura está reformando a Praça das Flores, substituindo as flores antigas por novas, já que as anteriores tinham um ciclo de vida curto. Por fim, gostaria de comentar sobre as críticas ao prefeito. Reconheço a importância das críticas, mas acredito que elas devem ser feitas de forma construtiva. O uso das redes sociais para críticas severas pode acabar prejudicando a relação com o Executivo. As críticas são importantes, mas precisam ser feitas de maneira contundente e responsável. Quando são muito severas, acabam caminhando para um lado ruim e distanciando ainda mais o senhor do Executivo. Acredito que, se houvesse mais diálogo e menos confrontos, poderíamos avançar em muitas questões. Não adianta o prefeito vir até aqui se, ao final, o que foi discutido não é levado adiante. Precisamos de mais colaboração e menos embates. O Vereador **Lucas solicita um aparte e diz:** Sim, vereador Luiz Carlos, a questão é a seguinte: eu já procurei o prefeito. Vou dar um exemplo do caso do Fundão. Certo, eu fui lá, falei da ponte, fiz aquele vídeo—realmente foi um vídeo contundente. Foi no meu primeiro gabinete itinerante, que aconteceu no bairro Fundão, na primeira semana de janeiro. Logo após o gabinete itinerante, alguns dias depois, eu me reuni com o prefeito no gabinete dele para passar todas as demandas que detectei no bairro. Comecei a passar as demandas para ele, e ele foi ouvindo, ouvindo. Então, perguntei: "O senhor não vai anotar, não?" E ele respondeu: "Não, eu guardo na cabeça." Guarda na cabeça, né? Achei isso um pouco caótico, mas enfim. Ele falou que ia fazer tudo o que eu passei para ele. Disse: "Vou fazer, vou fazer, vou fazer." É sempre o que eu

escuto dele há muito tempo. Mas tem outras situações, entendeu? Várias outras situações, não só essa. E aí a gente vai perdendo a paciência, porque, a partir do momento que virei vereador, estou representando os meus eleitores. Eles precisam de respostas. Antes mesmo de eu ser vereador, eu já via que ele não atendia muitos dos requerimentos. Vários vereadores nesta Casa falavam que estavam há quatro anos fazendo o mesmo requerimento. Eu presenciei isso. Então, a gente vai ficando chateado com essas situações. Não tem outra forma, senhor, entendeu? Se ele, como eu falei, sentasse e conversasse, negociasse... Só que ele já está nesse mundo há muito tempo, né? Então, não sei se ele tem interesse. Ele está no último ano de mandato dele. Até deixo como sugestão, se o senhor quiser passar isso para ele. Enfim, foi a forma que encontrei de dar voz ao povo. Só para esclarecer sobre o serviço de patrolamento: eu não disse que o serviço está ruim, viu? O que eu disse é que só o serviço de patrolamento não basta. Foi isso que eu quis dizer. Em relação ao pessoal de São Miguel, do Hangar, o que eu falei é que eles mesmos disseram para mim que se sentem esquecidos. Inclusive, a maioria transferiu o título para Areado por conta dessa situação. **O Vereador Luiz Carlos diz:** Eu acho que aí o clima vai ficando pior, mas tudo bem. Eu respeito suas posições, mas não concordo. Então, deixo aqui o meu manifesto. Temos uma experiência vasta em política, e cada vez que ficamos assim, dessa maneira, a Casa fica tensa, sim. Eu acredito que o pessoal está muito interessado na nossa reunião, porque há muitos assuntos e demandas sendo tratados. Como o senhor mencionou sobre a ponte, o senhor procurou saber quantas pontes e quantos passadores foram feitos de janeiro para cá? Há muitas demandas que precisam ser atendidas antes daquela ponte. Às vezes, situações piores acontecem e são resolvidas no dia seguinte. O senhor viu que foi sanado no outro dia, porque há muitas demandas e elas precisam ser atendidas por ordem de prioridade. Com o passar do tempo, novas demandas surgem e vão sendo resolvidas. Então, é isso que eu tenho a dizer. A Sra. Presidente convida todos para o lançamento do Parlamento Jovem 2025, que acontecerá na próxima terça-feira, dia 18, às 18h, aqui no Plenário da Câmara. Esse é um programa incrível para os jovens que querem entender melhor a política e fazer a diferença na nossa cidade. Conto com a presença de vocês para esse momento especial. Reforça o convite lido no momento do Expediente, sobre a presença do Deputado Federal Emidinho Madeira no trevo do Distrito de São Bartolomeu de Minas, na próxima sexta-feira, dia 21/03, as 14 horas, a presença de todos(as) será de grande importância. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para constar e tratar nessa sessão, agradece a presença de todos e deixa marcada a próxima para o dia 24 de março de 2025, as 19 horas. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

---

**Juscelino Tereza**

---

**Liamara Pereira Castello Branco**

---

**Lucas Guilherme da Silva**

---

**Luiz Carlos Ribeiro**

---

**Maísa Renata Batista Gianini**

---

**Marcos Alexandre da Silva**

---

**Pedro Sérgio Aparecido**

**OBSERVAÇÕES:** \_\_\_\_\_

---

**ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.**